

A profissão de pedagogo/a: um fazer político-educativo

La profesión de maestro: un hacer político-educativo

Ivanilso Santos da Silva¹

Resumo: Este artigo discute a profissão de pedagogo/a, ressaltando seu caráter político-educativo, ou seja, que tem intenção bem consciente de educar a partir de uma determinada forma de estar no e com o mundo. Tal consciência implica compromisso e todo compromisso demanda uma ética que o oriente e se refaça cotidianamente. Para as nossas formulações utilizamos como base teórica os escritos de Paulo Freire sobre educação, sociedade e a profissão de educador/a, sempre numa perspectiva da profunda transformação social.

Palavras-chave: Ética. Diálogo. Fazer político-educativo. Profissão de pedagogo/a.

Resumen: Este artículo trata sobre la profesión del/a pedagogo/a con foco en su carácter político-educativo, o sea, que tiene la intención bien consciente de educar desde una determinada manera de estar en el mundo y con el mundo. Esta conciencia implica un compromiso y todo compromiso demanda de nosotros una ética que lo oriente y se reconstruya cotidianamente. Para nuestras formulaciones utilizamos como aparato teórico los escritos de Paulo Freire acerca de la educación, de la sociedad y de la profesión del educador/a, siempre en una perspectiva de la profunda transformación social.

Palabras clave: Ética. Diálogo. Hacer político-educativo. Profesión del pedagogo/a.

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa tratar da prática educativa, no que compreende o exercício da docência, a partir das suas dimensões ética e moral (consequentemente), bem como das possíveis contribuições para a humanização das pessoas envolvidas em seu processo. Para nós, falar de prática educativa é falar, sobretudo, de uma prática política.

Esta última, compreendemos como “a condução de nossa própria existência coletiva, com reflexos imediatos sobre nossa existência individual” (RIBEIRO, 1986 p.27), e vice-versa. É um fazer comprometido, diluindo-se nas relações interpessoais, que implica sempre interesses a serem convertidos em *objetivos* e tomada de *decisões*.

Dentre as diversas maneiras pelas quais um exercício político, a exemplo da prática educativa, pode ser expresso (incluindo as mais arbitrárias, existentes e imagináveis), nossa opção há de ser sempre pelo caminho do diálogo.

É o diálogo, como bem diz Paulo Freire, um encontro solidário de seres humanos mediatizados pelo mundo, que, pensando e agindo, significam e humanizam a si mesmos/as e ao mundo; não é imposição da palavra de uns

¹ Pedagogo, licenciado pela Universidade Católica do Recife – UNICAP e estudante do curso de especialização em Gestão Educacional em Espaço Escolar e Não Escolar pela Faculdade Frassinetti do Recife – FAFIRE.

sobre outros, nem disputa pela razão, mas uma comunhão que visa contribuir para que cada um/a tome parte da realidade na qual está inserido/a, a fim de transformá-la.

É um ato de criação. Daí que não possa ser instrumento de que lance mão um sujeito para a conquista do outro. A conquista implícita no diálogo é a do mundo pelos sujeitos dialógicos [...] para a libertação dos homens (FREIRE, 2005, p.91).

Acreditamos que tais princípios fazem da prática educativa, mais que essencialmente humana, humanizante, pois que promove o ser humano à qualidade de agente pensante. E é por meio destas reflexões que buscaremos vislumbrar caminhos éticos pelos quais percorram um/a profissional da pedagogia consciente de seu fazer político.

Uma ética Praxista

Partindo de onde partimos, da profissão de pedagogo/a como fazer político-educativo, amparado no diálogo e que objetiva contribuir para uma real transformação do contexto político e social no qual estão inserido seus agentes, e focados na concretude da vida em relação às ações-reflexões, não poderíamos aqui falar de uma ética abstrata, meramente conceitual, ahistórica e descontextualizada, que possa nos nortear.

Não queremos com isso negar a importância das formulações conceituais, nem as contribuições de outros momentos históricos na compreensão da ética. Não! Apenas deixamos especificado que a ética da qual vamos falar, a partir da contribuição do professor Antonio Joaquim Severino (2007), não é um conceito estanque, que surge de uma formulação intelectual desconexa da experiência prática e assim se mantém. Muito pelo contrário, acreditamos que nasça da e para a realidade, bem como para a formulação teórica, construindo-se constantemente na ação-reflexão, que é condição própria da práxis.

Desta forma, ética seria o agir humano fundando (e fundado em) valores morais, bem como seus objetivos, critérios e fins.

Cabe falarmos um pouco mais sobre os referidos valores morais.

Tais valores muitas vezes se apresentam como componentes ideológicos que são de caráter impositivo para a vida em nossa sociedade; deliberadamente prescritivos, condutivos e normatizadores. Verdadeiras camas de Procusto, à qual deveríamos nos adequar, sob o risco de sofrer penalidades que, obviamente, baseiam-se na moral predominante vigente.

Falar em moral predominante é pressupor a existência de outras morais, ou seja, formas diferentes de avaliar se o resultado de uma ação é bom

ou mal, justo ou injusto, correto ou não.

E mais, é falar em subjetividade e reafirmar o ser humano enquanto protagonista da sua vida social, não apenas sendo fundado por valores preexistentes, mas capaz de compreendê-los e, compreendendo-os, questioná-los, para, desta forma, fundar novas morais.

Assim, é o ser humano um ser em potencial, passivo de não fazer história, se deixando por ela determinar, ou de fazê-la.

Por tudo isso é que os objetivos, critérios e fins, ou seja, a ética que norteia a ação de uma determinada pessoa ou grupo, não pode ser analisada fora de um contexto de relação social. E para Severino isso vai dar à ética um “dimensionamento político” e em decorrência de tal dimensionamento,

para julgar se uma ação é boa ou má, não se pode deixar de avaliar se ela é justa ou não, ou seja, se ela contribui ou não para diminuir o coeficiente de poder dos homens entre si. É que nenhuma ação é mais puramente individual, todo agir é solidário no tecido histórico-social. Só é boa a ação que efetivamente contribuir para o aumento da igualdade entre os homens (2007, p.193-194).

Por mais que a ética, a priori, esteja para o agir pessoal, assim como a política está para a prática social, na perspectiva de uma ética praxista, as duas fundam-se num só agir, que objetiva a libertação do ser humano através da conquista do mundo.

Ninguém conquista o mundo, logo, ninguém é liberto, na medida em que subjugado, alienado e silenciado em seu fazer e pensar, não se enxerga oprimido por não conceber as formas pelas quais tal opressão se efetiva; apenas vive um dia após o outro, achando que a vida é isso mesmo, uns ganham, outros perdem.

Para a conquista do mundo é urgente que os/as que sofrem a História descubram criticamente as manifestações de opressões e todo seu funcionamento na sociedade, no caso de jovens e adultos, ou que desde cedo estejam envolvidos/as com práticas que caminhem pela criticidade, no caso das crianças, ou seja, práticas que estimulem um agir “levando em consideração a totalidade dos esclarecimentos que sua subjetividade pode lhe fornecer” (p.193).

Daí que um/a pedagogo/a que não opte por uma ética praxista, enraizada em suas vivências, no ambiente educativo, no sindicato, na relação com os/as companheiros/as de trabalho, etc., como norteadora de seu agir, e pelo diálogo, que também é práxis, como instrumento para a promoção do ser humano, pode incorrer no risco de ignorar a humanização como fim e continuar contribuindo para o silenciamento de jovens, adultos e crianças.

Papel político-educativo

Reafirmamos que a profissão de pedagogo/a em sua prática docente, especificamente mas não só, é político-educativa, pois atende a interesses, transformados em objetivos, e passa por tomada de decisões. Acrescentamos, ainda, que até a prática pedagógica reprodutora de desigualdades, autoritária, hierarquicamente organizada e silenciadora, não deixa de ser política, pois carrega consigo os mesmos elementos, ou seja, é dotada de intencionalidade.

Mas tal prática é, antes de qualquer coisa, adestradora, por isso limitadora, tecnocrata, não educativa, e a ela nos opomos, pois que compreendemos a educação como um processo de construção, e não de imposição do conhecimento.

Por isso, nossa discussão está pautada na ideia de um/a profissional da pedagogia consciente de seu fazer político, amparando-se em objetivos, critérios e fins, ou seja, numa ética que o rege e se faz cotidianamente, tendo o diálogo como instrumento das relações que estabelece.

Relacionar e contactar são ações distintas. O contato é próprio de todo animal, mas apenas o ser humano pode se construir na opção pelo estabelecimento de relações como um princípio; tornar-se agente reflexivo, que leva em consideração as consequências de seus atos e dos atos e opções de outros/as, relacionando-se com o mundo e seu tempo histórico, fazendo história.

Consideramos o diálogo, mediador das relações, um primeiro pressuposto ético que fortalece o trabalho de quem educa com vistas a minimizar o fosso da desigualdade de poder entre as classes (como primeiro passo), podendo contribuir para o empoderamento da rebeldia legítima, convicta da sua razão de ser. Pois,

Quanto mais dirigidos são os homens pela propaganda ideológica, política ou comercial, tanto mais são objetos e massas.

Quanto mais o homem é rebelde e indócil, tanto mais é criador, apesar de em nossa sociedade se dizer que o rebelde é um ser inadaptado (FREIRE. 1979, p.32)

Nosso papel político-educativo deve se configurar, sempre, como de agentes que criam e mediam o empoderamento do processo criador de outros/as, tendo também naquele/a outro/a seu ponto de mediação.

Pressupostos que fortalecem nosso fazer profissional

Não são esses, pressupostos intocáveis. Muito pelo contrário, só ganham significados na dinâmica social e em constante (re) fazer-se, e quando circundantes da nossa vida, sempre contribuirão para uma humanização.

Talvez coubesse chamá-los não mais de pressupostos, mas de princípios básicos, que fazem da ética praxista um princípio gerador. Princípio gerador seria, segundo Gallo (1996), uma atitude basilar, que, de acordo com as condições sociais e históricas às quais esteja submetido, pode e deverá assumir as mais diferentes características.

Assim, apontaremos, amparados nos escritos de Paulo Freire (1997; 2000; 2001; 2005 e 2006), alguns princípios básicos que nos fortalecem e sinalizam para o que seria uma ética praxista, princípio gerador de nossa profissão para aqueles/as que optam por estar com os “esfarrapados do mundo”, neles se reconhecendo.

1. **Consciência profissional:** Ter consciência de que o seu exercício é também profissional e como tal precisa inserir-se nos processos de luta da sua categoria. Compreender o contexto no qual está atuando, em quais condições e como isso pode influenciar seu trabalho, que deve ser político e profissional, acadêmico e militante.
2. **Competência profissional:** Assumindo-se profissional que é, o/a pedagogo/a precisa se manter em constante movimento de empoderamento científico e metódico, ou seja, manter-se em constante pesquisa, fazendo-se a cada instante competente técnica e teoricamente, podendo lhe render uma gama maior de ferramentas de auxílio para seu estar no mundo.
3. **Humildade e tolerância** são indispensáveis, pois que não é o/a educador/a o/a dono/a da razão, que se fecha e apenas diz sua palavra para os/as outros/as, mas com eles e elas; tolerante porque respeita o diferente e não porque é conivente com hipocrisia. Não age com neutralidade e seu instrumento maior é o diálogo;
4. e porque é humilde e tolerante, sabe que não é senhor da educação de ninguém, nem da libertação de ninguém; que nem só ensina, mas aprende e reaprende enquanto ensina,
5. nutrindo uma **Parcimônia verbal** que “está implicada na assunção da tensão paciência-impaciência”(FREIRE,1997p.41). Ou seja, nem deixa a impaciência tomar conta, e assim correr o risco de perder a razão, nem ser tão paciente a ponto de passar uma ideia de permissividade; é equilibrar os dois nas ações e, principalmente, nas palavras.
6. Por essas razões, devemos ser capazes de nos empatizar, conseguirmos nos colocar no lugar do/a outro/a para compreendê-lo/a melhor. Só assim é

possível solidarizar-se autenticamente, que também é um pressuposto para seguir eticamente numa prática político-educativa em busca da emancipação humana.

Poderíamos continuar a lista de elementos morais indispensáveis para uma ética praxista de um/a educador/a, mas para o fim a que se presta este tópico, o de apresentar princípios básicos e humanizantes da profissão de pedagogo/a, pensamos que os seis pontos citados cumprem bem essa função, haja vista que assumi-los pode desencadear um “efeito dominó”, onde um não é possível sem o outro e todos só existem relacionados entre si, conformando-se na ética da qual temos falado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos em mente neste trabalho o/a pedagogo/a docente, porém estamos convictos de que, independente do seu campo de atuação, procuramos falar daqueles/as que fazem a opção política de compreender a educação como uma busca crítica e coletiva por ser mais (FREIRE, 1979, p. 28). Daqueles e daquelas que se sabem mediadores da busca que fazem os outros seres humanos com os quais se relacionam, e que compreendem sua prática político-educativa como resultado e causa da sua própria busca criadora, rebelde, indócil, comprometida.

REFERÊNCIAS

- CORREIA, João Luiz. **Humanismo e cidadania**: uma reflexão a partir da antropologia teológica. Recife. 2009, 50p.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e pratica da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo, Centauro, 2001.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.
- _____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- _____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2000.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo, Olho D'água, 1997.

GALLO, Silvio. O paradigma anarquista em educação. **Revista Nuances. Presidente Prudente**, São Paulo. UNESP, n.2, 1996.

RIBEIRO, João Ubald. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 2007.



Recebido em: 15/04/2011
Aprovado em: 03/05/2011

Para referenciar este texto:

SILVA, Ivanilso Santos da. A Profissão de Pedagogo/a: um fazer político-educativo. **Lumen**, Recife, v.20, n.1, p. 55-61, jan/jun. 2011